

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA FATOR SEGURADORA S.A.

Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, acompanhadas do Relatório dos Auditores Deloitte Touche Tohmatsu. A Seguradora apurou lucro de R\$ 20.553 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 19,925 em 2012), como resultado das emissões da Companhia no exercício e do resultado favorável, obtido em processo fiscal administrativo.

A Seguradora vem atuando nos ramos garantias de obrigações públicas e privadas, riscos de engenharia e riscos operacionais, que fazem parte dos riscos de infraestrutura, e também em riscos de responsabilidades. É propósito da Seguradora continuar operando neste segmento do mercado, no qual tem provada experiência e que, em função dos projetos públicos e privados já definidos para atender eventos

internacionais e compromissos assumidos pelo País, apresenta excelentes perspectivas de desenvolvimento no curto e médio prazo.

O Estatuto Social da Seguradora determina a constituição de reserva legal no valor de 5% do lucro líquido do exercício e mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma de distribuição de dividendos obrigatórios.

Os ativos líquidos da Seguradora garantem sua solidez financeira e o valor do patrimônio líquido supera o exigido pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para operar em todo território nacional. Com base nos relatórios de seus consultores jurídicos, a Seguradora mantém provisões contábeis para todos os processos que apresentam situação de perda provável.

A Fator Seguradora S.A. especializa-se nos ramos relacionados à infraestrutura de forma abrangente,

contando para tal com um quadro funcional experiente, sistemas de última geração, contratos com resseguradores nacionais e internacionais de primeira linha e estrutura eficiente de distribuição, através de corretores de seguros focados nos mesmos segmentos da Fator Seguradora S.A.

A Diretoria gostaria de registrar especial reconhecimento aos clientes e aos corretores de seguros, que honraram esta Seguradora com sua confiança, aos resseguradores pelo valioso apoio recebido e aos funcionários pelo profissionalismo colocado a serviço da Seguradora.

Agradecemos também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização ("CNSeg"); à Federação Nacional de Seguros Gerais ("Fensseg") e ao Sindicato do Estado de São Paulo ("Sinsseg") pelo apoio recebido ao longo do ano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2013	2012	01/01/2012	Passivo	Nota explicativa	2013	2012	01/01/2012
Circulante		347.193	307.316	341.506	Circulante		203.600	175.397	206.327
Disponível		1.622	239	552	Contas a pagar	6.f	8.217	9.836	15.339
Caixa e bancos	7	1.622	239	552	Obrigações a pagar		6.500	6.811	12.141
Aplicações	8	201.454	193.799	215.823	Impostos e encargos sociais a recolher		781	2.143	2.753
Crédito das operações com seguros e resseguros		43.636	39.284	46.735	Encargos trabalhistas		723	533	382
Prêmios a receber	10	38.017	34.505	41.118	Impostos e contribuições		213	63	63
Operações com seguradoras		2.577	2.128	4.684	Débito das operações com seguros e resseguros	6.f	62.607	52.432	60.971
Operações com resseguradoras		3.042	2.651	933	Prêmios a restituir		28	10	14
Outros créditos operacionais	20.a	20.436	15.644	10.407	Operações com seguradoras		2.389	2.450	207
Ativos de resseguro - provisões técnicas	15.f	61.158	45.705	54.784	Operações com resseguradoras		36.554	30.480	47.569
Títulos e créditos a receber		10.127	4.435	5.326	Corretores de seguros e resseguros		3.795	4.118	3.226
Títulos e créditos a receber	20.b	1.344	1.265	1.168	Outros débitos operacionais	20.c	19.841	15.374	9.955
Créditos tributários e previdenciários	11	7.336	1.573	2.971	Depósitos de terceiros	20.d	589	525	6.699
Depósitos judiciais e fiscais	12.b	988	728	658	Provisões técnicas - seguros	15	131.059	112.224	122.949
Outros créditos		459	869	529	Danos		130.541	111.737	122.003
Despesas antecipadas		56	62	56	Pessoas		518	487	946
Custos de aquisição diferidos					Outros débitos		1.128	380	369
Seguros	15.d	8.704	8.148	7.823	Instrumentos financeiros derivativos		9	34	7
Ativo não Circulante		83.573	96.155	92.805	Provisões judiciais	12.b	1.119	346	362
Realizável a longo prazo		83.153	95.650	92.138	Passivo não Circulante		102.004	112.821	113.564
Prêmios a receber	10	15.722	25.038	22.407	Contas a pagar	6.f	436	1.074	548
Operações com seguradoras		113	—	—	Obrigações a pagar		436	486	548
Operações com seguradoras	20.a	5	738	605	Tributos diferidos		—	588	—
Ativos de resseguro - provisões técnicas	15.f	54.944	57.881	55.676	Débitos das operações com seguros e resseguros	6.f	14.897	21.600	19.546
Títulos e créditos a receber		2.599	2.455	3.450	Operações com seguradoras		539	—	—
Títulos e créditos a receber	20.b	925	886	949	Operações com resseguradoras		14.136	20.828	18.560
Créditos tributários e previdenciários	11	1.631	1.051	1.979	Corretores de seguros e resseguros		222	772	986
Depósitos judiciais e fiscais	12.b	43	518	522	Provisões técnicas - seguros	15	86.434	89.949	90.275
Custos de aquisição diferidos					Danos		86.434	89.949	90.275
Seguros	15.d	9.883	9.538	10.000	Outros débitos		237	147	155
Investimentos		166	176	195	Provisões judiciais	12.b	237	147	155
Participações societárias		163	173	192	Débitos diversos		—	51	3.040
Imóveis destinados a renda		3	3	3	Patrimônio Líquido		125.162	115.253	114.420
Imobilizado		203	268	396	Capital social		97.352	97.352	97.352
Bens móveis		163	187	231	Reservas de lucro		27.810	17.901	17.068
Outras imobilizações		40	81	165					
Intangível		51	43	31					
Outros intangíveis		51	43	31					
Diferido		—	18	45					
Total do Ativo		430.766	403.471	434.311	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		430.766	403.471	434.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	97.352	9.421	7.647	—	114.420
Dividendos	—	—	(7.647)	—	(7.647)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	19.525	19.525
Proposta para destinação lucros:	—	—	—	(19.525)	(19.525)
Juros sobre capital próprio	—	—	—	(6.408)	(6.408)
Reserva legal	—	—	—	(976)	(976)
Reserva estatutária	—	—	—	(7.504)	(7.504)
Dividendos	—	—	—	(4.637)	(4.637)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	97.352	10.397	7.504	—	115.253
Dividendos	—	—	—	20.553	20.553
Lucro líquido do exercício	—	—	—	(20.553)	(20.553)
Proposta para destinação lucros:	—	1.028	8.881	(5.763)	(5.763)
Juros sobre capital próprio	—	—	—	(1.028)	(1.028)
Reserva legal	—	—	—	(8.881)	(8.881)
Reserva estatutária	—	—	—	(4.881)	(4.881)
Dividendos	—	—	—	(4.881)	(4.881)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	97.352	11.425	16.385	—	125.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PARA O EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fator Seguradora S.A. ("Seguradora"), com sede localizada na Avenida Santo Amaro, 48, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como objetivo social operar em seguros nos ramos de riscos financeiros como garantia de obrigações privadas, públicas, judiciais, concessões públicas, acidentes pessoais coletivos, riscos de engenharia e responsabilidade civil incluindo administradores e diretores (D&O), em todo território nacional. A Seguradora integra o Conglomerado Fator e é controlada diretamente pelo Banco Fator S.A., seu único acionista.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pronunciamentos técnicos e orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP. Os pronunciamentos emitidos pelo CPC visam à harmonização das práticas contábeis brasileiras as normas internacionais de contabilidade prescritas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Desde 2011 a SUSEP editou Circulares visando o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade no sentido de regulamentar este processo de convergência.

b) Normas e alterações de normas

Em 1º de março de 2013, a SUSEP emitiu a Circular nº 464, instituindo o novo plano de contas e modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar com vigência a partir de janeiro de 2013, revogando assim a circular SUSEP nº 430, de 5 de março de 2012. Em 6 de janeiro de 2014, a SUSEP emitiu a Circular nº 483, instituindo o novo plano de contas e modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, com vigência a partir de janeiro de 2014, revogando assim a circular SUSEP nº 464, de 1º de março de 2013.

c) Comparabilidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 26 e da Circular SUSEP nº 464, de 1º de março de 2013.

Descrição

	Anterior	Ajustes Reapresentado
Ativo Circulante	343.485	341.506
Crédito das operações com seguros e resseguros	57.142	46.735
Outros créditos operacionais	10.407	10.407
Outros créditos operacionais	—	10.407
Títulos e créditos a receber	7.305	5.326
Créditos tributários e previdenciários	4.950	2.971
Ativo não circulante	90.826	92.805
Títulos e créditos a receber	1.471	3.450
Créditos tributários e previdenciários	—	1.979
Passivo circulante	—	1.979
Provisões técnicas - Danos	122.007	(4)
Provisões técnicas - Pessoas	942	4
d) Base de mensuração		946

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, ajustados os ativos financeiros ao valor justo, para as categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado.

c) Demonstração de resultados abrangentes

A demonstração de resultados abrangentes está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende, quando aplicável, itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado, conforme requerido ou permitido pelos CPCs.

f) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade em continuar as operações e está convencida de que a Seguradora possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a continuidade dos negócios.

g) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para riscos sobre créditos, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas, revisados periodicamente pela Seguradora. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas autorizadas a serem divulgadas em 28 de fevereiro de 2014.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Estas práticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Caixas e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias entre a data de aquisição e vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores das reservas técnicas.

c) Ativos financeiros

A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo;
 - no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
 - for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.
- Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica "Resultado financeiro", na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Seguradora tem a intenção permanente de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos

designados como "disponíveis para venda" ou não, são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste com títulos e valores mobiliários", líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários, no patrimônio líquido.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

d) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Quando não são transferidos nem retidos substancialmente os riscos e benefícios, a Seguradora avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar sua manutenção no ativo.

A Seguradora baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

e) Reclassificação de ativos financeiros

A Seguradora não reclassifica um ativo financeiro da categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele estiver na carteira, de acordo com as especificações do CPC 38.

Um instrumento financeiro derivativo não deve ser reclassificado de ou para a categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele é mantido ou emitido.

• Um instrumento mensurado ao valor justo por meio do resultado não deve ser reclassificado se ele obtive essa classificação no reconhecimento inicial.

As demais reclassificações de ativos financeiros devem ser feitas ao valor justo na data do evento. Este valor justo se torna o novo custo do ativo e não é permitida reversão de ganhos ou perdas referentes ao valor justo reconhecido antes da reclassificação. Na data da reclassificação, deve ser realizado o novo cálculo da taxa efetiva de juros para investimentos mantidos até o vencimento e para empréstimos e recebíveis. Aumentos subsequentes nas estimativas de fluxos de caixa futuros ajustam a nova taxa de juros prospectivamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos

A Seguradora utiliza instrumentos financeiros derivativos, basicamente aqueles em que os ativos objetos são as taxa de juros prefixadas, os quais não foram utilizados para fins de especulação. Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a Seguradora detém operações com contratos futuros DI, virtude das aplicações em LTN - Letras do Tesouro Nacional, classificadas na categoria de títulos para negociação.

Estas operações com instrumentos financeiros derivativos estão devidamente registradas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

g) Prêmios de seguros e receitas de comercialização

Os prêmios de seguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando a vigência do risco, não possuindo operações de retrocessão.

As receitas e despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado durante a vigência dos seguros. Para as operações de seguros do ramo DPVAT as receitas e despesas são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

O valor recuperável dos prêmios de seguros é apurado com base no percentual de perda histórica ou sobre a totalidade das apólices vencidas acima de 60 dias, considerando a totalidade dos valores a receber de um mesmo devedor.

A Seguradora constitui provisão relativa a riscos vigentes e não emitidos com base em nota técnica atuarial.

h) Investimentos

O investimento é representado substancialmente pela participação na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., sendo demonstrado pelo valor de custo.

i) Imobilizado

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear sobre o custo de aquisição corrigido com as seguintes taxas anuais: 20% para processamento de dados, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros de acordo com o período de locação do imóvel e 10% para móveis e utensílios. As benfeitorias em imóveis de terceiros estão demonstradas ao custo de aquisição, depreciadas pelo método linear com base no prazo estimado de benefício.

O seu uso de imobilizado ocorre por venda ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda.

O valor residual

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PARA O EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$)

descontinuar "hedge accounting" se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. Essa alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Seguradora não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

- **IFRS 21 - Taxas** - fornece orientações sobre quando se deve reconhecer um passivo de uma taxa imposta pelo governo, passando a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, e a Seguradora está avaliando os impactos de divulgação quando de sua adoção.
- **Ciclo de melhorias anuais das IFRSs 2010 - 2012** emitidas em dezembro de 2013 - As melhorias anuais das IFRSs 2010 - 2012 geraram diversas alterações às IFRSs, as quais passaram a vigorar a partir de 1º de julho de 2014.

Norma	Tópico	Detalhes
IFRS 2/CPC 10 - Pagamentos baseados em ações	Definição de condição de aquisição de direitos (vesting conditions)	Altera as definições de "condição de aquisição de direitos" e "condições de mercado" e acrescenta definições para "metas de desempenho".
IFRS 3/CPC 15 - Combinações de Negócios	Contabilização de considerações contingentes em combinações de negócios	Requer que a consideração contingente seja classificada como ativo ou passivo seja mensurada ao valor justo ao final de cada período de reporte
IFRS 8/CPC 22 - Segmentos Operacionais	Agregação de Segmentos Operacionais	Exige a divulgação dos julgamentos feitos pela Administração, na aplicação dos critérios utilizados na agregação dos segmentos operacionais
IFRS 13/CPC 46 - Mensuração de valor justo	Contas a receber e contas a pagar de curto prazo	Reconciliação do total de ativos dos segmentos reportáveis para o total de ativos da Entidade
IAS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado e IAS 38/ CPC 04 Ativo Intangível	Método de reavaliação: Representação proporcional da depreciação/amortização acumulada	Esclarece que o valor bruto do ativo imobilizado/intangível, é ajustado de maneira consistente com o valor do imobilizado/intangível reavaliado.
IAS 24/CPC 05 - Partes relacionadas	Pessoal chave da administração	Esclarece como pagamentos feitos para empresas que prestam serviços avaliados como chave para a gestão do negócio devem ser divulgados
IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das normas internacionais de contabilidade	Significado de IFRSs efetivos	Esclarece que versão das IFRSs devem ser utilizadas na adoção inicial (altera apenas a Base para conclusão da norma emitida pelo IASB).
IFRS 3/CPC 15 - Combinações de Negócios	Exclusão dos negócios em conjunto do alcance da norma	Esclarece que a norma exclui do seu escopo a formação dos negócios em conjunto nas demonstrações financeiras dos negócios em conjunto em si.
IFRS 13/CPC 46 - Mensuração de valor justo	Escopo da exceção aplicável aos portfólios de ativos e passivos (parágrafo 52)	Esclarece o escopo da exceção aplicável a mensuração do valor justo de grupos de ativos e passivos numa base líquida.
IAS 40/CPC 28 - Propriedade para investimento	Inter-relacionamento entre o IAS 40/CPC 28 e o IFRS 3/ CPC 15	Esclarece a inter-relação entre o IAS 40/CPC 28 e o IFRS 3/CPC 15, na classificação de uma propriedade como propriedade para investimento ou propriedade ocupada pelo proprietário.

A Seguradora pretende adotar as normas aplicáveis quando as mesmas entrarem em vigor. Considerando as atuais operações da Seguradora não foram observadas alterações decorrentes das normas que entrarão em vigor assim como a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

5. GESTÃO DE RISCO E CAPITAL

As principais atividades da Fator Seguradora estão nos segmentos diferenciados ou com a estruturação de soluções sob medida às necessidades dos clientes. A Seguradora iniciou suas atividades em 2008 e chegou ao mercado especializado em seguros financeiros, estruturados para proteger os negócios de seus clientes. Atualmente a seguradora também opera com seguros voltados para o setor de infraestrutura, como Riscos de Engenharia, Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil entre outros. Opera em todo o território nacional através de corretores de seguros, com qualificação e agilidade na prestação de serviços.

A Seguradora conta, atualmente, com 34 funcionários e a sua estrutura organizacional é composta pelas áreas comercial, jurídica, técnica, administrativa/financeira, sinistros, gerenciamento de riscos e análise financeira de empresas, assim como utiliza a estrutura operacional do Banco Fator S.A. Como exemplo, mencionamos os departamentos de compliance, auditoria interna, recursos humanos, tecnologia, marketing e riscos corporativos.

O gerenciamento de riscos é essencial para as atividades da Seguradora, envolve os departamentos e conta com a participação da gestão, desde a alta Administração até níveis operacionais e inclui um conjunto de políticas e estratégias de alocação de recursos considerados adequados pela Administração.

Tem por objetivo adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros em benefício dos acionistas, administradores, clientes, fornecedores e colaboradores da Fator Seguradora.

6. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Política de Gerenciamento de Riscos é de suma importância para Fator Seguradora. Atualmente, está associada à complexidade dos serviços, inovação de produtos ofertados bem como na qualidade da sua precificação através de valor econômico agregado.

O monitoramento constante dos Riscos de Capital, Crédito, Liquidez, Mercado e Seguros faz parte de rotina de Gerenciamento de Riscos da estrutura da Seguradora.

a) Riscos de seguros

O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. Consiste na aplicação da teoria da probabilidade aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência e severidade de sinistros seja maior do que o estimado. Risco de seguro é o risco em que o tomador ou segurado transfere para o subscritor, no caso a Fator Seguradora, o risco de ocorrência do sinistro sobre o objeto segurado. Os principais riscos abrangidos nos contratos de seguros são representados por: custo dos sinistros em contrapartida ao montante global de prêmios recebidos.

São controlados através de políticas que estabelecem procedimentos, observando as determinações específicas dos requisitos regulamentares. Todos os processos envolvidos estão mapeados com os fluxos das atividades da Fator Seguradora.

Estratégia de subscrição

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanço da carteira agrupando os riscos com características similares objetivando reduzir o impacto de riscos isolados.

O Risco de Subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa, que contraria tanto as expectativas da Seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição, quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões.

A subscrição é fundamental para que a Seguradora seja capaz de alcançar dois objetivos:

- Fornecer cobertura de seguro.
- Obter lucro operacional.

Estratégia de resseguro

Como forma de reduzir o risco foi definida a política de resseguro, revisada no mínimo anualmente. Para esta definição constam os riscos a ressegurar, lista dos resseguradores e grau de concentração. Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados, além de termos facultativos para determinadas circunstâncias.

Ramo	Tipo de resseguro	Modalidade de contrato	Cobertura	Faixa
0775 (Garantia segurado - setor público) - Riscos financeiros	Não proporcional	Excesso de Danos Resseguro -	4.000	81.000
0776 (Garantia segurado - setor privado) - Riscos financeiros	Não proporcional	Excesso de Danos Resseguro -	4.000	81.000
0167 (Riscos de engenharia - Patrimonial	Não proporcional	Excesso de Danos Resseguro -	3.000	33.000
0196 (Riscos nomeados e operacionais) - Patrimonial	Não proporcional	Excesso de Danos Resseguro -	3.000	33.000
0310 (R.C. administradores e diretores D&O) - Responsabilidades	Não proporcional	Excesso de Danos Resseguro -	1.000	3.000
0378 (R.C. profissional) - Responsabilidades	Não proporcional	Excesso de Danos Resseguro -	1.000	3.000

A Seguradora trabalha basicamente com os seguintes grupos de seguros:

- **Seguros de riscos patrimoniais** - Oferece cobertura básica para danos causados por incêndios, queda de raios e explosão causada por gás empregado no uso doméstico (quando não gerado nos locais seguros) e suas consequências tais como desmoronamento, impossibilidade de proteção ou remoção de salvados, despesas com combate ao fogo, salvamento e desentulho do local.
- **Seguros de riscos de engenharia** - Oferece cobertura aos riscos decorrentes de falha de engenharia e suas etapas como instalação e montagem, obras civis em construção, quebra de máquinas entre outros.

- **Seguros de responsabilidades** - Asseguram uma compensação na ocorrência de prejuízos, podendo abranger inclusive seus empregados e clientes. Os principais riscos relacionam-se a danos corporais e materiais. O Seguro de responsabilidade inclui, entre outros, a responsabilidade geral/pública, de produto, de conselheiros e diretores, por erros e omissões e responsabilidade por cancelamento de eventos.
- **Seguros financeiros** - Inclui o Seguro Garantia, anteriormente denominado Seguro Garantia de Obrigações Contratuais (GOC). Utilizado por órgãos da administração direta e indireta (federais, estaduais e municipais), públicos e privados, que devem exigir garantias de manutenção de oferta (em caso de concorrência) e de fiel cumprimento dos contratos e também para as empresas privadas que, nas suas relações contratuais com terceiros (fornecedores, prestadores de serviços e empreiteiros de obras), desejam garantir-se contra o risco de descumprimento dos contratos.

Ramos	Prêmios emitidos		Resseguros cedidos		Percentual ressegurado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Riscos de engenharia	9.081	21.957	8.686	20.726	95,65	94,39
Riscos nomeados e operacionais	4.741	5.475	3.794	4.911	80,03	89,70
RC de administradores e diretores (D&O)	1.379	1.260	1.154	1.055	83,68	83,73
RC profissional (E&O)	948	75	813	55	85,76	-
RC geral	565	519	567	499	100,35	96,15
DPVAT	35.693	34.664	-	-	-	-
Garantia financeira	-	5	-	4	-	80,00
Garantia de obrigações privadas	2.025	1.064	1.578	900	77,93	84,59
Garantia de obrigações públicas	2.258	1.976	1.805	1.589	79,94	80,41
Garantia de concessões públicas	6	811	6	692	83,33	85,33
Garantia judicial	4.91	(2.866)	4.156	(2.461)	90,52	85,87
Garantia segurado-setor público	43.809	35.689	36.369	29.179	83,98	81,76
Garantia segurado-setor privado	12.086	22.037	10.813	17.873	83,89	81,10
Total bruto de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas	117.482	122.666	69.740	75.022	59,36	61,16
Prêmios de riscos vigentes não emitidos	7.734	(8.112)	-	-	-	-
Prêmios de riscos vigentes não emitidos - Resseguros cedidos	-	-	5.155	(5.378)	-	-
Comissões sobre resseguros cedidos	-	-	(24.284)	(21.789)	-	-
Variações das despesas de resseguros	-	-	3.281	5.172	-	-
Total líquido de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas	125.216	114.554	53.892	53.027	-	-

O gerenciamento dos riscos destes seguros é administrado principalmente, pela precificação, seleção de riscos e resseguro. Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômicos e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos. Os departamentos técnicos monitoram e avaliam a exposição de risco sendo responsáveis pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros.

Resseguradoras	Classe	Categoria de risco	Agência classificadora	Resseguros cedidos		Resseguros cedidos - %	
				2013	2012	2013	2012
Local 1 (*)	Local			130	-	0,17	-
Local 2 (*)	Local			1.130	547	1,62	0,73
Local 3 (*)	Local			385	169	0,55	0,23
Local 4 (*)	Local			74	226	0,11	0,30
Local 5 (*)	Local			9.498	7.735	13,62	10,31
Local 6 (*)	Local			12.356	15.184	17,72	20,24
Local 7 (*)	Local			175	309	0,25	0,41
Local 8 (*)	Local			730	-	1,05	-
Local 9 (*)	Local			344	-	0,49	-
Local 10 (*)	Local			93	-	0,13	-
Eventual 1	Eventual	A+	A.M. Best Company	-	220	-	0,29
Eventual 2	Eventual	A	Standard & Poor's/FITCH	-	23	-	0,03
Eventual 3	Eventual	BBB	Standard & Poor's/FITCH	4.343	2.891	6,23	3,85
Eventual 4	Eventual	A	A.M. Best Company	141	-	0,20	-
Eventual 5	Eventual	AA	Standard & Poor's/FITCH	157	188	0,23	0,25
Eventual 6	Eventual	A-	A.M. Best Company	-	596	-	0,79
Eventual 7	Eventual	AA-	Standard & Poor's/FITCH	-	724	-	0,97
Eventual 8	Eventual	AA-	Standard & Poor's/FITCH	3.522	3.508	5,05	4,68
Eventual 9	Eventual	BBB+	Standard & Poor's/FITCH	2.973	2.833	4,26	3,78
Eventual 10	Eventual	A++	A.M. Best Company	3	1.221	-	1,63
Eventual 11	Eventual	A-	Standard & Poor's/FITCH	-	643	-	0,86
Eventual 12	Eventual	A	Standard & Poor's/FITCH	8.032	-	11,52	-
Eventual 13	Eventual	AA	A.M. Best Company	881	520	1,26	0,69
Admitida 1	Admitida	AA	Standard & Poor's/FITCH	-	579	-	0,77
Admitida 2	Admitida	AA	Standard & Poor's/FITCH	-	266	-	0,35
Admitida 3	Admitida	A	A.M. Best Company	1.531	1.306	2,20	1,74
Admitida 4	Admitida	A	A.M. Best Company	-	7.157	-	9,54
Admitida 5	Admitida	A1	Moody's Investor Services	4.019	3.611	5,76	4,81
Admitida 6	Admitida	A++	A.M. Best Company	36	859	0,05	1,14
Admitida 7	Admitida	AA-	Standard & Poor's/FITCH	6.790	6.418	9,74	8,56
Admitida 8	Admitida	A+	Standard & Poor's/FITCH	-	145	-	0,19
Admitida 9	Admitida	A-	A.M. Best Company	-	464	-	0,62
Admitida 10	Admitida	A+	Standard & Poor's/FITCH	3.691	5.176	5,29	6,90
Admitida 11	Admitida	A+	Standard & Poor's/FITCH	1.663	1.692	2,38	2,26
Admitida 12	Admitida	A+	Standard & Poor's/FITCH	3.326	4.673	4,77	6,23
Admitida 13	Admitida	A+	A.M. Best Company	145	540	0,21	0,72
Admitida 14	Admitida	A-	A.M. Best Company	-	348	-	0,46
Admitida 15	Admitida	A	A.M. Best Company	3.702	3.142	5,31	4,19
Admitida 16	Admitida	AA-	Standard & Poor's/FITCH	-	979	-	1,31
				69.740	75.022	100	100

(*) Não há categoria de risco de vida.

Desenvolvimento de sinistros

As tabelas abaixo apresentam a evolução de desenvolvimento de sinistros administrativos e de sinistros judiciais acumulada bruta e líquida de resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totaliza rem passivo corrente.

Sinistros administrativos - Bruto de resseguro							
Data de aviso/cadastro	2009	2010	2011	2012	2013	Total geral	
Até um ano	-	-	-	-	10.889	10.889	
Um ano após	-	-	-	3.884	-	3.884	
Dois anos após	-	-	835	-	-	835	
Total geral	-	-	835	3.884	10.889	15.608	

Provisões de sinistros a liquidar - DPVAT 3.077
Total do passivo 18.685

Sinistros administrativos - Líquido de resseguro							
Data de aviso/cadastro	2009	2010	2011	2012	2013	Total geral	
Até um ano	-	-	-	-	625	625	
Um ano após	-	-	-	252	-	252	
Dois anos após	-	-	161	-	-	161	
Total geral	-	-	161	252	625	1.038	

Provisões de sinistros a liquidar - DPVAT 3.077
Total do passivo 4.115

Sinistros judiciais - Bruto de resseguro							
Data de aviso/cadastro	2009	2010	2011	2012	2013	Total geral	
Mais de cinco anos	469	-	-	-	-	469	
Total geral	469	-	-	-	-	469	

Provisões de sinistros a liquidar - DPVAT 16.761
Total do passivo 17.230

Sinistros judiciais - Líquido de resseguro							
Data de aviso/cadastro	2009	2010	2011	2012	2013	Total geral	
Mais de cinco anos	469	-	-	-	-	469	
Total geral	469	-	-	-	-	469	

Provisões de sinistros a liquidar - DPVAT 16.761
Total do passivo 17.230

As provisões de DPVAT não são consideradas para fins de desenvolvimento. A inclusão destas provisões pode distorcer as informações apresentadas nesta tabela, tendo em vista que o DPVAT é calculado com base em regulamentação própria. As informações foram incluídas apenas para fins de conciliação com o passivo da Provisão de Sinistros a Liquidar.

Análise de sensibilidade

O teste de sensibilidade foi elaborado considerando uma alteração na principal variável que poderia impactar o patrimônio líquido.

- **Abaixo do padrão:** Exposições que necessitam de graus diferentes de atenção especial, e o risco de inadimplência é uma preocupação maior.
- **Deteriorada:** Exposições que foram avaliadas, individual ou coletivamente, como deterioradas.

Sem atraso, nem deteriorado	Classificações de qualidade		Em atraso, mas não deteriorada	Deteriorada	Redução ao valor recuperável	Total
	Média					
	Boa	Satisfatória				
Em 31 de dezembro de 2013	96.019	105.435	-	-	-	201.454
Prêmios a receber	-	47.947	-	5.679	21	(21) 53.626
Operações com seguradoras	-	175	-	2.515	414	(414) 2.690
Operações com resseguradores	-	2.793	-	249	249	(249) 3.042
Outros créditos operacionais	-	20.008	-	433	428	(428) 20.441

c) Risco operacional

A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, erros e omissões pelos colaboradores, sistemas de informações inadequados ou falhos, extrapolação de autoridade dos colaboradores, desempenho insatisfatório, falhas na adoção dos critérios de subscrição, fraudes e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PARA O EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$)

SR estão expostas. Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

• **Capital de Risco Operacional:** é o montante variável que uma SR deverá manter, para garantir o risco operacional a que está exposta. Risco Operacional é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.

Além das 3 parcelas de capital de risco (subscrição, crédito e operacional) já reguladas e vigentes, a SUSEP está em fase de estudos da última parcela de capital de risco, o risco de mercado, que deverá ser exigida no final do ano de 2014 e que trará novas necessidades de capital para o mercado de seguros.

A Seguradora apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante o exercício, o PLA da Seguradora foi suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelo regulador.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Caixa e bancos	239	552
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	239	552
Caixa e bancos	1.622	239
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.622	239

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2013						Valor contábil	Valor de mercado
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Acima de 360 dias	Acima de 360 dias		
Aplicações financeiras								
I. Ativos financeiros								
designados ao valor justo	37.068		32.853	131.533	201.454	201.454		
Letras Financeiras do Tesouro				16.148	16.148	16.148		
Letras do Tesouro Nacional				76.463	76.463	76.463		
Debêntures			2.914		2.914	2.914		
Fundos de investimentos - abertos	49				49	49		
Certificado de Depósito Bancário - CDB			2.655		2.655	2.655		
Certificado de recebíveis imobiliários - CRI			26.645		26.645	26.645		
Fundo de Investimento em direito creditório - FIDC				5.306	5.306	5.306		
Fundo de Investimento - DPVAT	36.344				36.344	36.344		
Fundos exclusivos	675		639	33.616	34.930	34.930		
Letras Financeiras do Tesouro				655	655	655		
Debêntures			639	30.883	31.522	31.522		
Ações de Companhias abertas								
Notas do Tesouro Nacional				2.078	2.078	2.078		
Contas a receber	675				675	675		
Total	37.068		32.853	131.533	201.454	201.454		

	2012						Valor contábil	Valor de mercado
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Acima de 360 dias	Acima de 360 dias		
Aplicações financeiras								
Títulos para negociações	35.098	5.757	3.416	149.528	193.799	193.799		
Letras financeiras do tesouro				3.416	3.416	3.416		
Letras do tesouro nacional				77.863	77.863	77.863		
Notas do tesouro nacional		3.519			3.519	3.519		
Debêntures				6.210	6.210	6.210		
Fundos de investimentos - abertos	46				46	46		
Certificado de recebíveis imobiliários - CRI				26.459	26.459	26.459		
Fundo de investimento em direito creditório - FIDC				6.787	6.787	6.787		
Fundo de investimento - DPVAT	33.137				33.137	33.137		
Fundos exclusivos	1.915	2.238		32.209	36.362	36.362		
Ações de companhias abertas	1.374			32.209	32.209	32.209		
Notas do tesouro nacional		2.238			2.238	2.238		
Contas a receber	541				541	541		
Total	35.098	5.757	3.416	149.528	193.799	193.799		

O valor de mercado das quotas de Fundos de Investimento Financeiro foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. Os títulos públicos federais, os certificados de depósitos bancários - CDB, as debêntures e os certificados de recebíveis imobiliários - CRI, foram contabilizados pelo seu valor de mercado.

Para fins de divulgação apresentamos o valor de mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.

A gestão e os valores dos títulos referentes ao DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

O quadro abaixo demonstra a movimentação das aplicações financeiras no exercício:

31/12/2012	Aplicações	Resgates	Rendimentos	31/12/2013
193.799	3.681.966	3.685.375	11.064	201.454

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Seguradora possui operações com contratos futuros DI que em 31 de dezembro de 2013 os valores referenciais desta operação totalizavam R\$76.414 (R\$82.737 em 2012). Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os seguintes resultados foram obtidos com a referida operação:

Meses	Resultado da operação Futuro DI	
	2013	2012
Janeiro	276	(167)
Fevereiro	464	(55)
Março	81	(130)
Abril	(359)	(233)
Maior	695	(158)
Junho	907	(91)
Julho	(382)	(22)
Agosto	771	1
Setembro	(325)	(164)
Outubro	193	(875)
Novembro	5	(29)
Dezembro	(112)	(235)
Total das operações	2.214	(2.158)

As operações com instrumentos financeiros derivativos são negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e apresentam a seguinte posição em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Ativo	Indexador de referência	Data de vencimento	Local de negociação	2013	2012
DI1	CDI	02/01/2015	BM&FBOVESPA	76.414	82.737

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo a pagar referente a instrumentos financeiros derivativos - ajuste DI - no passivo circulante totalizava R\$ 9 (R\$ 34 em 2012).

10. PRÊMIOS A RECEBER

O detalhamento dos prêmios a receber, considerando os prazos de vencimentos, apresenta a seguinte posição:

	2013	2012
Vencidos	5.679	3.292
A vencer de 1 a 30 dias	22.312	14.763
A vencer de 31 a 60 dias	2.981	2.130
A vencer de 61 a 120 dias	4.503	7.106
A vencer de 121 a 180 dias	46	2.652
A vencer de 181 a 365 dias	2.495	4.562
A vencer acima de 365 dias	15.610	25.038
Total	53.626	59.543

O detalhamento dos prêmios a receber, considerando os ramos de seguro, apresenta a seguinte posição:

	2013	2012
Garantia judicial		1.158
Garantia segurado - Setor público	23.112	22.352
Garantia segurado - Setor privado	4.424	8.589
Risco de engenharia	22.204	23.518
Garantia de obrigações públicas	929	596
Riscos nomeados e operacionais	1.130	1.963
Garantia de obrigações privadas	266	243
RC de administradores e diretores (D&O)	521	333
RC Profissional (E&O)	1.009	128
Responsabilidade civil geral	31	600
Garantia de concessões públicas		47
Garantia Financeira		16
Total	53.626	59.543

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	2013
Saldo em 31 de dezembro de 2012	58
Constituição no período	1.449
Utilização/reversão no período	(1.486)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	21

A Seguradora adota como política o recebimento de prêmio em até 20 dias da data de emissão do risco. Ocasionalmente, há negociação comercial para recebimento de prêmios em até 3 parcelas mensais. Há também emissões de riscos, principalmente relacionados a garantia judicial, onde eventualmente ocorre o parcelamento anual do prêmio, pelo prazo de vigência do risco, que supera 365 dias.

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2013	2012
Ajustes temporais	1.631	1.051
Outros créditos a compensar	7.336	1.573
Total	8.967	2.624
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.051	1.979
Constituição no exercício	3.940	4.600
Utilização/reversão no exercício	(3.360)	(5.528)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.631	1.051

A Seguradora não possui créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Os créditos tributários provenientes de ajustes temporais decorrem basicamente de ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado e provisões para riscos. A Seguradora estima a realização destes créditos no período de 1 ano. Outros créditos a compensar referem-se a antecipações de impostos no decorrer de cada exercício e crédito tributário de PIS e COFINS decorrente de resultado favorável em processo administrativo.

12. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

a) A Seguradora possui contingências remanescentes das operações da CIGNA Seguradora S.A. para as quais os valores provisionados cobrem os riscos mediante a análise da probabilidade de perda de cada ação, que são concluídas pela Administração considerando as perdas históricas, os riscos envolvidos e a avaliação dos consultores jurídicos.

Os principais processos em aberto em 31 de dezembro de 2013 são:

Provisão para riscos fiscais:
Os processos fiscais referem-se a questionamentos que envolvem a discussão sobre a incidência de impostos, contribuições e encargos sociais, como a dedutibilidade de despesas na base de cálculo da contribuição social em períodos anteriores, discussão sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos através de cartões de incentivo, questionamentos sobre a utilização de prejuízos fiscais desde 1998, supostas omissões de receitas representadas por variações monetárias ativas nas bases de cálculo do imposto de renda, da contribuição social e do Programa de Integração Social - PIS.

A Seguradora possui processos judiciais fiscais ativos, já transitados em julgado, reconhecidos contabilmente, cujo valor é R\$ 2.269 (R\$ 2.317 em 31 de dezembro de 2012).

Sinistros em discussão judicial

Todos os processos relativos a sinistros indenizados ou a indenizar em seus diversos estágios processuais são contabilizados com base na avaliação interna conjugada com as avaliações de riscos efetuadas e valores informados pelos consultores jurídicos da Seguradora, tendo em vista o mérito das causas, o estágio processual, a importância segurada contratada e a natureza das coberturas das apólices. Esses passivos contingentes estão registrados na rubrica "Sinistros a liquidar".

Provisão para riscos cíveis

Os processos cíveis referem-se a autuações efetuadas pelo órgão regulador e outros questionamentos referentes principalmente a prêmios de seguros.

Provisão para riscos trabalhistas

Os processos trabalhistas que envolvem a Seguradora são relativos a horas extras, equiparações salariais, devoluções de perdas de planos econômicos, descontos de seguros e vale-alimentação em folha de pagamento.

b) O quadro de processos em curso, de acordo com a avaliação dos advogados é assim sumariada:

	Quantidade de ações		Valor estimado pelos advogados		Provisão contábil		Depósitos judiciais	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Fiscais:								
Provável	4	1	769	44	769	44	542	44
Possível	7	7	6.608	6.309				474
Remota	2	1	7.027	5.860				
Total	13	9	14.404	12.213	769	44	542	518
Sinistros: (i)								
Provável	6	6	237	199	237	215		
Possível	4	5	77	59	77	57	2	2
Remota	1	8	10	12	10	40		360
Total	11	19	324	270	324	312	2	362
Cíveis:								
Provável	6	9	350	216	371	216	164	
Possível	5	1	133	41				
Remota	4	4	29	74				
Total	15	14	512	331	371	216	164	
Trabalhistas:								
Provável	2	3	216	230	216	233	177	181
Possível	4	3	59	75			6	31
Remota	2	3					140	154
Total	8	9	275	305	216	233	323	366
Total geral	47	51	15.515	13.119	1.680	805	1.031	1.246

Provisão contábil

Ativo circulante - Depósitos judiciais

Ativo não circulante - Depósitos judiciais

Passivo circulante - Provisões judiciais

Passivo circulante - Sinistros a liquidar

Passivo circulante - Provisão de despesas relacionadas

Passivo não circulante - Provisões judiciais

(i) A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL (judicial) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro.

(ii) Os processos fiscais no valor de R\$ 6.608 (R\$ 6.309 em 2012), classificados como de perda possível, referem-se a questionamentos que envolvem a discussão sobre a incidência e reconhecimento de variações monetárias ativas de depósitos judiciais para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, de períodos anteriores, discussão sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos através de cartões de incentivo e supostas omissões de receitas representadas por variações monetárias ativas nas bases de cálculo do imposto de renda, da contribuição social e do programa de integração social - PIS.

(iii) Os processos cíveis no valor de R\$ 133 (R\$ 41 em 2012), classificados como de perda possível, referem-se a autuações efetuadas pelo órgão regulador e outros questionamentos referentes principalmente a prêmios de seguros.

(iv) Os processos trabalhistas no valor de R\$ 59 (R\$ 75 em 2012), classificados como de perda possível, referem-se a horas extras, adicional de periculosidade e devolução de descontos, inclusive relacionados a seguros.

	Fiscais	Sinistros e despesas relacionadas	Cíveis	Trabalhistas
Saldos em 31 de dezembro de 2012	44	312	216	233
Constituições/reestimativas (i)	725	25	264	(1)
Liquidações		(13)	(109)	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	769	324	371	216

(i) Referem-se a atualizações monetárias, provisões para novos processos judiciais, constituições, reversões e complementos em razão da atualização das posições dos consultores legais.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em junho de 2009, a Seguradora passou a investir parte de seu portfólio em Fundo de Investimento Exclusivo Multimercado, que tem como administrador, o Banco Fator S.A., seu único acionista, e como gestora a FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.

O Banco Fator S.A. auxilia a Fator Seguradora através da Central de Riscos e Compliance, no cálculo do risco de mercado e liquidez associados à utilização de derivativos e também em matéria relacionada a recursos humanos, tecnologia, marketing e controles internos.

Em 31 de dezembro de 2013, a Seguradora apresenta saldo a pagar a seu acionista, o Banco Fator S.A., no valor de R\$ 4.881 (R\$ 4.637 em 2012), referente a dividendos do exercício corrente. Este valor encontra-se registrado no Passivo Circulante, em obrigações a pagar.

Remuneração do pessoal - chave da administração

	2013	2012
Honorários de diretoria	1.599	1.570
Encargos sobre honorários da diretoria	718	625
Gratificações	531	1.208

A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

→ * continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PARA O EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	2013	2012
h) Resultado financeiro		
Receitas		
Títulos públicos	3.821	10.315
Instrumentos financeiros derivativos - futuro DI	10.036	2.865
Títulos privados	6.910	7.310
Atualização monetária de créditos tributários	3.586	149
DPVAT	2.710	2.976
Atualização monetária consórcio regulador do mercado segurador - CRMS	29	73
Oscilação cambial - reservas técnicas	1.868	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	162	277
Receitas financeiras com operações de seguros	844	1.030
Subtotal	29.966	24.995
Despesas		
Instrumentos financeiros derivativos - Futuro DI	2013	2012
DPVAT	(7.822)	(5.023)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(2.607)	(2.892)
Despesas financeiras com operações de seguros	(174)	(175)
Variação Cambial	(52)	(107)
Respesas juros sobre prêmios a resseguradoras	(3.616)	(569)
Encargos com tributos - juros	(126)	(153)
Subtotal	(14.431)	(9.220)
Total	15.535	15.775
i) Resultado patrimonial		
Dividendos e rendimentos	2013	2012
Total	4	5
j) Ganhos com ativos não correntes		
Crédito ref. decisão favorável em processo fiscal-administrativo	2013	2012
Outras	12.281	-
Total	12.281	6

	2013	2012
18. DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO - PLA, MARGEM DE SOLVÊNCIA E EXIGÊNCIA DE CAPITAL		
Patrimônio líquido	125.162	115.253
Participações diretas e indiretas em Soc. Seguradora	(163)	(173)
Despesas antecipadas	(56)	(62)
Ativo Intangível	(51)	(43)
Ativo diferido	-	(18)
Patrimônio líquido ajustado - PLA	124.892	114.957
Patrimônio mínimo necessário - por prêmio	14.921	8.982
Patrimônio mínimo necessário - por sinistro	10.085	8.938
(*) Margem de solvência	14.921	8.982
Capital base - CB	15.000	15.000
Capital adicional de subscrição - CAS	6.651	2.195
(**) Capital baseado no risco de crédito	20.111	19.502
(***) Capital baseado no risco operacional	877	-
Benefício da diversificação	(2.628)	(1.010)
Capital de Risco	25.011	20.687
(****) Capital mínimo requerido - CMR	25.011	35.687
Patrimônio líquido ajustado	124.892	114.957
(-) Exigência de capital - EC	25.011	35.687
Suficiência de capital - R\$	99.881	79.270
Suficiência de capital (% da EC)	399,35%	222,13%

(*) Para apuração da margem de solvência, considera-se o valor entre o patrimônio líquido ajustado menos o patrimônio líquido necessário entre 0,20 vezes do total da receita líquida de prêmios emitidos dos últimos 12 meses ou 0,33 vezes a média anual do total dos sinistros retidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior.
 (**) Para a apuração do Capital baseado no risco de crédito, a Seguradora utilizou os critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 228/2010.
 (***) Para a apuração do Capital baseado no risco operacional, a Seguradora utilizou os critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 283/2013.
 (****) Em 31 de dezembro de 2012, a Seguradora apurou o Capital Mínimo Requerido - CMR, utilizando em seus cálculos os fatores constantes no anexo V da Resolução CNSP nº 227/10, sendo o Capital Mínimo Requerido- CMR o valor equivalente a soma do Capital Base com o Capital Adicional de risco. Em 31 de dezembro de 2013, a Seguradora apurou o Capital Mínimo Requerido - CMR, utilizando o art. 2º, inciso III, da Resolução CNSP nº 282, de 30 de janeiro de 2013, sendo o Capital Mínimo Requerido - CMR, equivalente ao maior valor entre a Margem de Solvência, Capital Base e Capital de Risco.
 A Seguradora continua apresentando plena suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado, ao utilizar os critérios definidos pela Resolução CNSP nº 282/13, vigente a partir de 30 de janeiro de 2013.

	2013		2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	31.435	31.435	28.447	28.447
Juros sobre o capital próprio	(5.763)	(5.763)	(6.408)	(6.408)
Participações sobre o resultado	(519)	(519)	(662)	(662)
Adições temporárias	25.153	25.153	21.376	21.376
Provisões para riscos cíveis	10.524	10.524	10.630	10.630
Provisões para	178	178	110	110
riscos trabalhistas	16	16	16	16
Provisões para riscos fiscais	244	244	3	3
Títulos e valores mobiliários - Ajuste a mercado	4.112	4.112	1.603	1.603
Outras provisões	5.974	5.974	8.898	8.898
Exclusões temporárias	(6.775)	(6.775)	(14.555)	(14.555)
Adições permanentes	861	448	2.890	2.147
Exclusões permanentes	(114)	(114)	(3.250)	(3.250)
Base de cálculo	29.649	29.236	17.091	16.348
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	29.649	29.236	17.091	16.348
Imposto de renda (15%)	4.448	-	2.564	-
Adicional de imposto de renda (10%)	2.941	-	1.685	-
Contribuição social (15%)	-	4.385	-	2.452
(-) Incentivos fiscais	(243)	-	-	-
Constituição/reversão sobre diferenças temporárias	(730)	(438)	947	569
Imposto de renda - Ajuste de anos anteriores	-	-	42	-
Total de despesas com impostos	6.416	3.947	5.238	3.021

(a) O imposto de renda foi calculado a alíquota de 15% mais adicional de 10% do lucro tributável que excede à parcela de R\$ 240 mil no exercício. A contribuição social foi calculada sobre o lucro ajustado na forma da legislação vigente, mediante alíquota de 15%.
 Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Seguradora não possuía prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) "Outros créditos operacionais" está assim representada:

	2013		2012	
	Outros créditos operacionais	Provisão	Outros créditos operacionais	Provisão
Descrição				
Valores a receber do Consórcio DPVAT - Seguradora Líder	20.397	-	15.486	-
Processo judicial relacionado ao convênio DPVAT	335	(330)	335	(330)
Fundos depositados no consórcio regulador do mercado segurador	-	-	913	(180)
Valores a recuperar referentes a processos judiciais	-	-	128	(128)
Outros créditos	137	(98)	218	(60)
Total	20.869	(428)	17.080	(698)
Total	20.436	-	15.644	-
Ativo circulante	5	-	738	-
Ativo realizável a longo prazo	-	-	-	-
A Administração mantém provisão constituída de R\$428 (R\$698 em 2012) para fazer frente às perdas esperadas com esses créditos.				
b) Títulos e créditos a receber no ativo circulante e realizável a longo prazo no valor de R\$2.269 (R\$2.151 em 2012), referem-se substancialmente à direito adquirido em processos judiciais transitados em julgado.				
c) Outros débitos operacionais no passivo circulante no valor de R\$19.841 (R\$15.374 em 2012), referem-se a obrigações com o consórcio DPVAT - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.				
d) O detalhamento de depósitos de terceiros no passivo circulante no valor de R\$ 589 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 525 em 2012), considerando os prazos de vencimentos, apresenta a seguinte posição:				

	2013		
	Cobrança antecipada de prêmios	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos
Vencidos			
De 1 a 30 dias	71	8	-
De 31 a 60 dias	-	453	-
De 61 a 120 dias	8	10	-
De 121 a 180 dias	1	11	-
De 181 a 360 dias	-	27	-
Depósitos de terceiros	80	509	-
Total	160	509	-
Vencidos			
De 1 a 30 dias	8	208	90
De 31 a 60 dias	1	25	-
De 61 a 120 dias	-	-	-
De 121 a 180 dias	193	-	-
Depósitos de terceiros	202	233	90

e) Em novembro de 2009, a Seguradora aderiu ao REVIS IV conforme estabelecido na Lei nº 11.941/09, referente a processos fiscais e previdenciários cuja exigibilidade estava sendo questionada nas esferas administrativa e judicial. A referida Lei prevê o pagamento em até 180 parcelas mensais, as quais serão objeto de atualização monetária. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2013 está classificado no passivo circulante na rubrica impostos e encargos sociais a recolher, no valor de R\$ 84 (R\$101 em 2012) e no passivo não circulante, na rubrica, obrigações a pagar, no valor de R\$ 412 (R\$ 462 em 2012).
 f) A Seguradora adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

DIRETORIA	CONTADOR	ATUÁRIO
A Diretoria	Silvia Salsman Guardia CRC 1SP228485/O-7	Sérgio J. Leonardi MIBA 411

PARECER ATUARIAL

Em cumprimento às disposições estabelecidas pela Resolução CNSP nº 135, de 11 de outubro de 2005 e Circular SUSEP nº 272, de 22 de outubro de 2004, foi procedida a avaliação atuarial dos planos de seguros operados pela FATOR SEGURADORA S.A., no período de 01/01/2013 a 31/12/2013. A Avaliação Atuarial teve como base as obrigações da Seguradora originadas pelos contratos de seguros vigentes no período de análise, comparando as provisões técnicas estimadas com aquelas constituídas e consignadas no Balanço Patrimonial em 31/12/2013.

Concluiu-se, a partir das informações fornecidas pela Seguradora, que os saldos das provisões técnicas encontram-se adequadamente constituídos não havendo necessidade de provisão complementar. Na avaliação não se constatou situações que comprometam ou venham a comprometer a solvência atuarial da Seguradora.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2014

Sérgio J. Leonardi
Atuário Técnico Responsável
MIBA 411

Andrea Alves Schitz
Diretora Técnica

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da **Fator Seguradora S.A.**
 São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Fator Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
 A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fator Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros assuntos
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012
 Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de fevereiro de 2013, sem modificações.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
 Auditores Independentes
 CRC nº 2 SP 011609/O-8
 Contador - **Marcelo Luis Teixeira Santos**
 CRC nº 1 PR 050377/O-6



www.bancofator.com.br

NO MUNDO DOS NEGÓCIOS, TRANSPARÊNCIA NUNCA SAI DE MODA.

DIVULGUE SEUS RESULTADOS NO VALOR ECONÔMICO E EXPLORE NOVAS FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO.



DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DO SEU BALANÇO.

Acesse www.valor.com.br/resultados ou ligue e saiba mais: (11) 3767-1323.

ECONÔMICO
Valor
Notícias que geram negócios.